



**Processo nº** 13116.000056/2008-74  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** 2003-002.745 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 3<sup>a</sup> Turma Extraordinária  
**Sessão de** 22 de outubro de 2020  
**Recorrente** LEOMAR VIEIRA DE MELO  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)**

Ano-calendário: 2002

IRPF. PROVENTOS DE APOSENTADORIA, REFORMA OU PENSÃO. MOLÉSTIA GRAVE. ISENÇÃO. COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS.

Para ser beneficiado com o instituto da isenção, os rendimentos devem atender a dois pré-requisitos legais: ter a natureza de proventos de aposentadoria, reforma ou pensão, e o contribuinte ser portador de moléstia grave, discriminada em lei, reconhecida por Laudo Médico Pericial de Órgão Médico Oficial, nos termos do inciso art. 5º, XII e § 1º da IN SRF nº 15/2001.

Não restando comprovado o atendimento às exigências cumulativas legais, impõe-se o não reconhecimento do direito à isenção do imposto sobre a renda no caso concreto.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Sara Maria de Almeida Carneiro Silva - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Wilderson Botto – Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Sara Maria de Almeida Carneiro Silva (Presidente), Cláudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez e Wilderson Botto.

## **Relatório**

### **Autuação e Impugnação**

Trata-se, o presente processo, exigência de IRPF, referente ao ano-calendário de 2002, exercício de 2003, no valor total de R\$ 7.336,13, já acrescido de multa de ofício e juros de

mora, em razão da omissão de rendimentos tributáveis recebidos de pessoa jurídica, referente aos 28,68% através do precatório judicial nº 42022 da Justiça Federal de Alagoas, no valor de R\$ 29.264,00, conforme se depreende do auto de infração constante dos autos, culminando com a apuração do imposto suplementar no valor de R\$ 2.970,70 (fls. 20/24).

Por bem descrever os fatos e as razões da impugnação, adoto o relatório da decisão de primeira instância – Acórdão nº 03-34.368, proferido pela 3<sup>a</sup> Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Brasília - DRJ/BSB (fls. 40/45):

Contra o contribuinte acima identificado foi lavrado por auditor-fiscal da Delegacia da Receita Federal em Anápolis/GO, auto de infração (fls. 19/23) referente ao Imposto de Renda Pessoa Física, exercício 2003, ano-calendário 2002. O contribuinte foi cientificado do lançamento em 27/12/2007, conforme Edital nº 0025/07-Safis/DRF-Anápolis/GO, de 12 de dezembro de 2007 (fl. 13/ 14). O valor do crédito tributário apurado está assim constituído, conforme Demonstrativo do Crédito Tributário (fls. 19):

<b>Imposto Suplementar</b>	<b>2.970,70</b>
<b>Multa de Ofício (passível de redução)</b>	<b>2.228,02</b>
<b>Juros de Mora (cálculo até dez/07)</b>	<b>2.137,41</b>
<b>Crédito Tributário Apurado</b>	<b>7.336,13</b>

Em procedimento de verificação do cumprimento das obrigações tributárias pelo contribuinte supracitado, foi efetuado lançamento de ofício, tendo em vista que foi apurada a seguinte infração:

#### **OMISSÃO DE RENDIMENTOS RECEBIDOS DE PESSOA JURIDICA**

Assim descrita:

**Omissão de rendimentos recebidos referente aos 28 86% através do precatório judicial nº 42.022/JUSTIÇA FEDERAL DE ALAGOAS (processo original nº 97000023346).**

O Enquadramento Legal encontra-se às fls. 20.

Em 10/01/2008, no pedido de impugnação, o contribuinte alega que:

- foi aposentado em 08/08/1984, por invalidez;
- os rendimentos que ora se quer tributar, tratam-se de proventos de aposentadoria recebido por via judicial, entretanto, referem-se a verba não tributável.

#### **Acórdão de Primeira Instância**

Ao apreciar o feito, a DRJ/BSB, por unanimidade de votos, julgou improcedente a impugnação para não aceitar o pedido de isenção do imposto de renda por moléstia grave e declarou definitiva na esfera administrativa a exigência fiscal, por haver concomitância entre o presente feito e processo judicial, versando sobre a mesma matéria, mantendo-se incólume o crédito tributário lançado.

#### **Recurso Voluntário**

Cientificado da decisão, em 31/03/2010 (fls. 50), o contribuinte, em 09/04/2010, via postal, interpôs recurso voluntário (fls. 52/54), reportando-se as alegações da peça impugnatória e trazendo outros argumentos, a seguir brevemente sintetizados:

**DA CONCOMITÂNCIA DE PROCESSOS JUDICIAL E ADMINISTRATIVO**

Não existe a mencionada concomitância entre o processo judicial referido e o presente processo administrativo. O pedido da ação judicial é a isenção do IR de toda a classe.

O presente recurso, no entanto, requer o reconhecimento de uma isenção fundada em direito adquirido, por aposentadoria por invalidez permanente, em decorrência de doença grave.

#### DA PROVA DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ EM DECORRENCEIA DE MOLÉSTIA GRAVE

Alega que dois elementos devem ser levados em consideração:

a) levar um laudo médico oficial à Receita Federal, seria obrigá-la a ter um corpo médico par a avaliação do referido laudo, com competência para tal, o que não é função da RFB, que tem como atribuição fiscalizar, lançar, julgar e cobrar tributos, normatizar os seus serviços, além de outros;

b) juntou à impugnação um documento oficial, atestando ser aposentado por invalidez permanente, por doença grave, e, por uma questão legal e exigência constitucional, sob pena inclusive de sanção penal, a veracidade dos documentos não pode ser contestada por quem quer que seja, sem o devido respaldo probatório próprio.

Requer, ao final, a revogação da decisão recorrida, para declarar a nulidade do lançamento e o arquivamento dos autos.

Processo distribuído para julgamento em Turma Extraordinária, tendo sido observadas as disposições do art. 23-B, do Anexo II do RICARF, aprovado pela Portaria MF nº 343/15, e suas alterações.

É o relatório.

### Voto

Conselheiro Wilderson Botto - Relator.

#### Admissibilidade

O recurso é tempestivo e atende aos demais pressupostos de admissibilidade, razões por que dele conheço e passo à sua análise.

#### Preliminares

Não foram alegadas questões preliminares no presente recurso.

#### Mérito

##### **Da Omissão de Rendimentos recebidos – Da isenção por moléstia grave – Do não preenchimento dos requisitos legais:**

Insurge-se, o Recorrente, contra a decisão proferida pela DRJ/BSB, que manteve a autuação em face da omissão de rendimentos apurada em decorrência do processamento da DAA/2003 que resultou na alteração dos rendimentos tributáveis para R\$ 29.264,00, importando na apuração do imposto suplementar de R\$ 2.970,70, buscando, por oportuno, nessa seara recursal, obter nova análise acerca do todo processado, com especial destaque para a **parte em**

**litígio referente à isenção dos rendimentos recebidos por se encontrar aposentado em decorrência de moléstia grave, desde 06/08/1984.**

Pois bem. Do cotejo dos documentos carreados aos autos, aliado aos fundamentos contidos no voto condutor da decisão recorrida (fls. 40/45) e atendo-se às informações contidas no auto de infração lavrado (fls. 20/24), não há como prosperar a pretensão recursal.

Ademais, considerando que a peça recursal não trouxe novas alegações hábeis e contundentes a modificar o julgado de piso, em relação ao ponto ainda em litígio – diga-se de passagem, a comprovação do cumprimento dos requisitos legais cumulativos motivadores do pedido de isenção em face da moléstia grave que lhe acometera – me convenço do acerto da decisão recorrida, pelo que **adoto como razão de decidir** os fundamentos lançados no voto condutor proferido (fls. 43/44), mediante transcrição dos excertos abaixo, à luz do disposto no § 3º do art. 57 do Anexo II do RICARF, aprovado pela Portaria MF nº 343/2015 - RICARF:

Conforme consignado no Relatório, é exigido do contribuinte o crédito tributário no valor de R\$ 7.336,13, por infração cometida à legislação tributária relativa a omissão de rendimentos recebidos de pessoa jurídica.

A incidência do imposto de renda sobre os rendimentos omitidos, pagos mediante precatório nº 42.022/AL, **está sendo questionada, por via judicial**, conforme documentação de fls. 29/37.

Preliminarmente, **por não haver concomitância de objeto com o processo judicial será analisada a alegação do contribuinte de que os rendimentos são isentos por moléstia grave.**

Para que os rendimentos recebidos acumuladamente sejam considerados isentos do imposto de renda duas condições básicas devem ser comprovadas, concomitantemente, de acordo com o art. 39, inciso XXXIII, parágrafos 4º e 5º, do Decreto nº 3.000, de 29/03/1999 – RIR/99:

- que os rendimentos percebidos por portador da moléstia grave prevista em lei sejam oriundos de aposentadoria ou reforma;
- que a moléstia grave, contraída antes ou após a aposentadoria ou reforma, seja comprovada através de laudo pericial emitido por serviço médico oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, devendo ser fixado o prazo de validade do laudo pericial, no caso de moléstias passíveis de controle.

O contribuinte apresenta documento emitido pela Divisão de Pessoal do Departamento da Polícia Federal a qual informa que o contribuinte é aposentado desde 08/08/1984 (fls. 03). Entretanto, **não é trazido aos autos o laudo pericial emitido por serviço médico oficial mencionado no segundo item acima, especificando a moléstia grave que é acometido o contribuinte.**

Assim, **não há como se aceitar a alegação do contribuinte de que os rendimentos são isentos por moléstia grave.**

À análise dos dispositivos legais que tratam da opção, pelo contribuinte, **da via judicial**.

O artigo 1º, parágrafo 2º, do Decreto-lei nº 1.737, de 20 de dezembro de 1979, e o artigo 38, parágrafo único da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, disciplinam a matéria: (...)

Assim, a propositura, pelo contribuinte, de mandado de segurança, ação anulatória ou declaratória de nulidade de Crédito da Fazenda Nacional, **importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso acaso interposto.**

Com efeito, a coisa julgada a ser proferida no âmbito do Poder Judiciário é definitiva e se sobrepõe à decisão administrativa, face o princípio da unicidade da jurisdição.

Dessa forma, considera-se que o contribuinte, ao recorrer à esfera judicial, manifestou sua recusa à instância administrativa, já que a matéria discutida nesta jurisdição foi objeto também de discussão junto ao Poder Judiciário, o qual tem prevalência sobre a administrativa

Portanto, impedida está a autoridade administrativa julgadora de apreciar o mérito da matéria tratada no presente processo, referente omissão de rendimentos recebidos de pessoa jurídica.

No que se refere a alegação de que o Recorrente não faz jus ao benefício fiscal porquanto não apresentou laudo médico oficial, vale destacar que tal exigência, de fato, está regulamentada no art. 30 da Lei nº 9.250/95, assim redigido:

Art. 30 – A partir de 1º de janeiro de 1996, para efeito do reconhecimento de novas isenções de que tratam os incisos XIV e XXI do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pelo art. 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, a moléstia deverá ser comprovada mediante laudo pericial emitido por serviço médico oficial, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Por seu turno, a IN SRF nº 15, de 06/02/2001, ao normatizar o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713/88, assim dispôs:

Art. 5º Estão isentos ou não se sujeitam ao imposto de renda os seguintes rendimentos:

(...)

XII - proventos de aposentadoria ou reforma motivadas por acidente em serviço e recebidos pelos portadores de moléstia (...)

§ 1º A concessão das isenções de que tratam os incisos XII e XXXV, solicitada a partir de 1º de janeiro de 1996, só pode ser deferida se a doença houver sido reconhecida mediante laudo pericial emitido por serviço médico oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Já a IN SRF nº 1500, de 29/10/2014, ao dispor sobre normas gerais de tributação relativas ao IRPF, trouxe a seguinte redação:

Art. 6º São isentos ou não se sujeitam ao imposto sobre a renda, os seguintes rendimentos originários pagos por previdências

(...)

II – proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos por pessoas físicas com moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados de doença de Paget (osteite deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida (Aids), e fibrose cística (mucoviscidose), comprovada mediante laudo pericial emitido por serviço médico oficial, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, devendo ser fixado o prazo de validade do laudo pericial no caso de moléstias passíveis de controle, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma, observado o disposto no § 4.

Neste contexto, não restando comprovado por documento hábil que o Recorrente é portador de moléstia grave consoante a legislação de regência – que imprescinde da apresentação do laudo médico pericial oficial formalizado, documento este relevante à obtenção do benefício fiscal, e levando-se em conta que a norma isentiva deve ser interpretada literalmente, segundo o art. 111 do CTN – impõe-se o não reconhecimento de eventual direito à isenção, razão pela qual, no particular, mantendo subsistente o crédito tributário lançado.

Não obstante, ainda que assim não fosse, a pretensão recursal também não encontraria guarida nesse momento processual. Em relação aos requisitos para obtenção do benefício fiscal, tal matéria já se encontra pacificada neste CARF, inclusive culminando com a edição da Súmula nº 63:

**Súmula nº 63**

Para gozo da isenção do imposto de renda da pessoa física pelos portadores de moléstia grave, os rendimentos devem ser provenientes de aposentadoria, reforma, reserva remunerada ou pensão e a moléstia deve ser devidamente comprovada por laudo pericial emitido por serviço médico oficial da União, Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

**Conclusão**

Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso, nos termos do voto em epígrafe, para manter a autuação e as alterações realizadas na base de cálculo do ano-calendário 2002, exercício 2003.

É como voto.

(assinado digitalmente)

Wilderson Botto